

A leitura e seus perigos: o discurso católico sobre a leitura no início do século XX no Brasil

Fernanda Cássia dos Santos

Universidade Federal do Paraná

Curitiba – Paraná – Brasil

fernanda.ufpr@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo pretende analisar o discurso de combate às más leituras produzido no Brasil dos primeiros anos do século XX por grupos ligados à Igreja Católica. Para tanto, utilizamos como fontes de estudo textos publicados pela revista *Vozes de Petrópolis* entre 1907 e 1924, e também o livro *Através dos romances: guia para as consciências*, publicado pelo franciscano Pedro Sinzig pela primeira vez em 1915 e reeditado em 1917 e 1923. Tal publicação caracterizou-se por ser uma espécie de índice, que avaliava os romances disponíveis para a leitura no Brasil da época, classificando-os em leituras indicadas ou perniciosas para os católicos. Nossa análise levou em conta a relação entre esses escritos e os documentos pontificiais produzidos pela Santa Sé sobre a leitura de romances e as condições da própria Igreja Católica no Brasil na época, que então reagia à modernização através do acionamento de discursos conservadores voltados para a preservação da moral.

Palavras-chave: Catolicismo Ultramontano. Leitura. Moralidade.

Introdução

Para um leitor da atualidade, habituado a conviver com discursos elogiosos sobre os benefícios da leitura, pode parecer estranho que no passado ela tenha sido vista como potencialmente perigosa. Num sentido oposto, hoje são muito mais comuns as queixas de que as pessoas leem cada vez menos, de que as tecnologias afastaram as crianças e os jovens dos livros, de que a maior parte da população sofre com o analfabetismo funcional. Esses discursos partem da noção de que através do contato com os livros é possível desenvolver a criatividade, a criticidade e por extensão, a consciência necessária para a ampliação da cidadania no mundo contemporâneo. Assim, a leitura é vista como depositária de uma capacidade de transformar para sempre não apenas os indivíduos que por ela se aventuram, mas também as realidades em que eles se inscrevem. É justamente essa percepção da leitura como uma arma poderosa que está na origem dos temores que ela provocou ao longo da História e também das iniciativas em cerceá-la.

De acordo com o historiador Roger Chartier (1998, p. 23), “a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem”, e assim sendo, a interdição de textos

esteve presente antes mesmo que os direitos do autor sobre sua obra fossem historicamente reconhecidos. Neste sentido, a condenação de autores e a destruição de livros são práticas que se inscrevem numa perspectiva de longa duração ao longo da História e que estiveram sempre relacionadas a tentativas de erradicar ideias consideradas nocivas. Nenhuma dessas iniciativas, no entanto, foi totalmente efetiva, o que demonstra o grande poder de difusão das ideias através de textos, apesar das proibições que historicamente os cercaram.

Na História da cultura universal são muitos os exemplos de caça aos textos considerados perniciosos. A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2002, p. 37-38) fez um apanhado de práticas de cerceamento da leitura ao longo do tempo, considerando Portugal como um dos pioneiros na adoção de práticas de censura à literatura que objetivavam a manutenção da moral e dos bons costumes. Neste sentido, no século XV, Afonso V estabeleceu a censura real através de um alvará em que ordenava a queima de livros considerados falsos e heréticos¹. Assim, foram perseguidos textos de autores considerados hereges ou suspeitos, em práticas de censura que compreendiam a avaliação das obras existentes em Lisboa e das que eram trazidas de fora, além dos manuscritos antes que fossem impressos.

Tamanha energia empregada em impedir o acesso a determinadas leituras baseava-se no desejo de se estabelecer um controle sobre as formas de pensamento e assim manter a ordem e os poderes estabelecidos. A leitura teria, portanto, o poder de disseminar valores proibidos, ideias perniciosas que poderiam corromper o clero, a população alfabetizada e por extensão, até mesmo aqueles que não conheciam os códigos da escrita. Essas características tornariam essa prática silenciosa e solitária algo sempre potencialmente perigoso, capaz de disseminar em segredo as ideias mais inconvenientes. Ao refletir sobre esse tema, Marcia Abreu (1999, p. 13) construiu uma alegoria interessante:

[...] os livros têm a capacidade de difundir mais amplamente as ideias e com menor alarido: um orador discursando em praça pública ou até mesmo um homem confabulando com seus conhecidos não só difundiriam suas ideias em menor escala, mas também seriam mais facilmente visíveis, identificáveis e passíveis de perseguição do que um leitor solitário, fechado em seu gabinete com um livro herético.

Pode-se dizer, portanto, que ainda que a experiência da leitura seja essencialmente individual, ela permanece num campo de permanentes disputas. Ao atribuir significados à palavra escrita, o leitor antecipa, estrutura, interpreta o texto e se vincula a ele através de suas emoções (JOUVE, 2002, p. 17-21). Dessa forma, o texto influi na afetividade do leitor,

¹ Essa atitude de defesa dos valores morais e cristãos chama a atenção por ter ocorrido quase um século antes da instituição da Inquisição no país, datada de 1536.

despertando reflexões e identificações que nunca são neutras e que, por isso mesmo, são frequentemente disputadas por aqueles que ocupam ou desejam ocupar esferas de poder. O leitor é sempre questionado, numa atitude de comunicação com a cultura e os esquemas dominantes de uma época. Quer recusando, quer aceitando os modelos do imaginário coletivo, a leitura interage com eles, afirmando sua dimensão simbólica. É assim que essa experiência aparentemente solitária pode ser vista como uma parte interessada da cultura que pode transformar mentalidades de forma coletiva.

Esse poder da leitura nunca foi negligenciado pela Igreja Católica, haja vista a sua preocupação durante séculos com relação à leitura da própria Bíblia pelos cristãos. No final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, período sobre o qual nos debruçamos, grandes mudanças advindas da modernização começavam a tomar conta do cotidiano das pessoas que viviam nas grandes cidades brasileiras: a rede ferroviária foi aumentada; a iluminação elétrica foi expandida e chegou aos teatros; foi adotada nos bondes a tração elétrica; crescia o número de automóveis que circulavam pelas ruas; difundiam-se a fotografia, a telefonia, o cinematógrafo, o fonógrafo.

Na esteira dessas mudanças, também as técnicas de impressão e de reprodução dos textos foram aperfeiçoadas através do surgimento de novas máquinas que permitiam o crescimento de tiragens, o barateamento da produção, a agilização da distribuição e, ainda, um melhor acabamento das folhas impressas (SUSSEKIND, 1987, p. 29-73). Essas transformações, vistas com entusiasmo por escritores e intelectuais, também reacenderam os receios com relação aos perigos da leitura, diante da impossibilidade de se exercer algum controle sobre o conteúdo dos textos que eram impressos. Para aprofundar essa sensação, nos primeiros anos da República, a legislação brasileira não estabelecia a censura e ainda previa a laicização do Estado.

Não eram muito numerosos os leitores no Brasil durante a passagem do século XIX para o XX. Segundo dados levantados por Sylvania Damázio (1996, p. 123), nessa época, apenas 14% da população que vivia no Rio de Janeiro sabia ler e escrever. Em outras regiões do país a situação era ainda pior, uma vez que cerca de 80% da população nacional era analfabeta. Basta, no entanto, um breve olhar para as publicações que tiveram o maior sucesso de público para obter as primeiras pistas das razões pelas quais a leitura permaneceu como um problema aos olhos da Igreja. Num período em que escritores consagrados como Machado de Assis e Aluísio de Azevedo precisavam esperar anos para colocar em circulação a segunda edição de seus romances, publicações populares centradas em temas que desafiavam a moral atingiram um sucesso editorial nunca antes visto. Para citar apenas dois exemplos: em 1893 o romance *O aborto*, de Figueiredo Pimentel vendeu sete mil

exemplares em três meses e pouco depois, em 1923, *Mademoiselle Cinema*, escrito por Benjamin Costallat chegou à marca de vinte cinco mil exemplares em menos de dez meses (EL FAR, 2006, p. 56-57). Essas publicações, afastadas dos preceitos da Igreja, marcaram definitivamente o início do processo de popularização da leitura em nosso país.

Diante da proliferação de obras consideradas perniciosas, a tentativa de controle do texto escrito foi tomada como um dever por representantes da Igreja. Ao mesmo tempo, surgia um mercado livreiro cada vez mais diversificado, acompanhado de inovações técnicas que permitiram que uma série de livreiros abrisse suas portas e iniciasse uma produção crescente de livros e periódicos que se tornavam produtos acessíveis e lucrativos. Neste sentido, começaram a ser produzidos títulos e gêneros diversos capazes de atrair o grande público: peças de teatro, livros de culinária, histórias infantis, livros de adivinhações, os chamados romances de sensações, folhetos, manuais, almanaques, entre outros (EL FAR, 2006, p. 32-39). Multiplicavam-se assim, não apenas os livros, mas também as ideias sediciosas num ritmo nunca antes visto.

A necessidade de reagir e, ao mesmo tempo, de tomar parte desse movimento de expansão do mercado livreiro fez com que integrantes da Igreja produzissem acalorados discursos de combate às más leituras e em defesa da censura. Foi nesse contexto que o frei franciscano Pedro Sinzig publicou no Brasil seu próprio *index*, com críticas a uma série de obras de ficção que então circulavam no país. Impresso pela Editora Vozes pela primeira vez em 1915, *Através de Romances: Guia para as Consciências* reúne comentários sobre nada menos que vinte um mil quinhentos e sessenta e seis livros (21.566), entre títulos nacionais e estrangeiros.

A paixão e a eloquência com que Sinzig constrói seu discurso de enfrentamento à proliferação de textos “venenosos” suscitam uma série de questionamentos: o que, afinal, haveria de tão perigoso nos livros disponíveis nas estantes do país na época? Existiriam, nesse contexto de multiplicação dos impressos, leituras edificantes, ou ao menos inocentes? Em que medida a fala de Sinzig é compartilhada pela Igreja enquanto instituição? Seriam suas ações isoladas nesse contexto, ou fariam parte de um projeto mais amplo? Por que razões, neste contexto específico, um membro da Igreja volta seus olhos para os impressos com tamanha energia?

Ainda que não seja possível responder completamente a essas questões, elas são a principal motivação para a realização da pesquisa cujos primeiros resultados estão registrados neste artigo. Para nos aproximarmos dessas respostas, faz-se necessário compreender um pouco melhor o contexto da Igreja Católica no Brasil da época. Neste sentido, na primeira parte deste artigo, apresentaremos algumas considerações a respeito

da História da Igreja Católica no país desde o final do Império até os primeiros anos da República. Na sequência, analisaremos o discurso de combate às más leituras difundido nas páginas da revista *Vozes de Petrópolis* e na obra *Através dos romances: guia para as consciências*, de Pedro Sinzig. Ao término desse percurso, pretendemos ter uma noção um pouco mais clara dos motivos pelos quais a leitura foi considerada tão perigosa para os católicos brasileiros na passagem do século XIX para o XX.

A Igreja no alvorecer da República

As iniciativas de combate às más leituras que se fortaleceram na primeira República devem ser compreendidas dentro de um amplo processo de construção institucional da Igreja no Brasil, necessário diante das condições políticas e organizacionais que ela enfrentava no âmbito interno e também para cumprir com as diretrizes da própria Cúria Romana (MICELI, 1988, p. 11). Para compreender esse contexto, é preciso voltar a meados do século XIX, quando o sistema do padroado régio começava a demonstrar sinais de desgastes².

Submetida ao Estado durante o Império brasileiro, a Igreja se constituiu durante o Reinado de D. Pedro II, numa espécie de departamento de Estado. Os recursos da Igreja eram então administrados pela Coroa, que era a responsável pelo recolhimento do dízimo e também pelo pagamento dos sacerdotes. Dependente da administração do Estado, a Igreja possuía poucas dioceses, paróquias e padres (BRUNEAU, 1974, p. 36-37). Em face dessa ausência, desenvolveu-se entre o povo uma forma particular de vivenciar a religiosidade. Organizações criadas por leigos, as confrarias e irmandades, preparavam festas, procissões, rezas e cultos a santos nem sempre em conformidade com as recomendações da Igreja oficial:

Constituiu-se um catolicismo próprio do povo, do qual o clero pouco participava. [...] Enquanto o catolicismo do leigo dá ênfase às devoções dos santos, às festas, a um ritual mágico e de forte aparência externa, o catolicismo romanizado é essencialmente sacramental (MARCHI, 1998, p. 58).

A partir da segunda metade do século XIX, começou a crescer dentro da Igreja uma preocupação em recatolicizar o povo, aproximando-o dos preceitos e das práticas do

² O padroado se desenvolveu nas monarquias ibéricas no século XII, como uma forma de estabelecer uma aliança entre a Igreja e os reis. Através desse acordo, a Coroa concedia privilégios à Igreja em seus domínios em troca do poder de interferir na sua administração. Esse sistema foi a base das relações entre a Igreja e o Estado brasileiro desde o período colonial, tendo continuidade durante o Império. Para mais informações, ver: AZZI, 1878, p. 38.

catolicismo romano. Trata-se de um movimento conservador de centralização do catolicismo em Roma e na pessoa do papa, o que implicou no acirramento dos conflitos entre D. Pedro II e a Igreja. A chamada “Questão Religiosa”, frequentemente citada como uma das causas da decadência do Segundo Reinado no Brasil, demonstra a intensidade desses debates sobre a busca de uma maior autonomia da Igreja frente ao Estado, num momento em que a Cúria Romana empenhava-se no combate ao avanço liberal³.

A historiografia tem se utilizado do conceito de ultramontanismo para descrever a política adotada pela Igreja Católica entre o período que se estende entre os anos 1800 e 1960. Neste longo período, as ações da instituição estiveram centradas, fundamentalmente, em três pressupostos: a centralização política e doutrinária na cúria romana, a adoção do período medieval como um paradigma sócio-político e a condenação do mundo moderno. Ao analisar esse período, o historiador Ivan Manoel (2004, p. 11) chamou a atenção para o fato de que a continuidade dessas características ao longo do tempo não indica que não ocorreram mudanças na forma como a Igreja se autocompreendia naquele período. De acordo com Manoel (2004, p. 12-21), apesar da aparente fixidez transmitida pelo conceito de “catolicismo ultramontano”, seria possível distinguir no interior do movimento três momentos distintos: o primeiro se estenderia entre o pontificado de Pio VII (1800-1823) ao de Pio IX (1846-1878), período no qual a Igreja teria configurado seu discurso conservador; num segundo momento, no pontificado de Leão XIII (1878-1903), a Igreja teria iniciado sua intervenção na realidade concreta, a partir da doutrinação contra o mundo moderno que vinha sendo construída desde o período anterior; por fim, o terceiro momento seria localizado entre Pio X (1903-1914) e Pio XII (1939-1958) e, nele, as mesmas concepções seriam colocadas em prática, por meio do desenvolvimento de programas da Ação Católica. Guardadas essas distinções, o pesquisador explica que mais do que uma política da Igreja, o ultramontanismo se manifesta na intenção em interferir na organização social e política para enfrentar e reverter a modernidade, vista como um produto do mal, pois afastava os homens de Deus.

Em 1868, Pio IX convocou o Concílio do Vaticano I, que passou a se reunir no ano seguinte. Alguns bispos brasileiros participaram do evento, que entre outras deliberações, definiu a infalibilidade papal e a centralização político-doutrinária em Roma. Com isso, a autoridade do papa passava a ser considerada inquestionável e a cúria romana concentrava

³ Assumindo o discurso das bulas pontifícias que condenavam a maçonaria, dois bispos (Dom Vital e Dom Macedo) suspenderam, em 1873, várias irmandades e ordens terceiras que se negaram a afastar de seus quadros membros maçons. Estas recorreram à coroa que anulou a decisão dos bispos. A essa determinação Imperial, D. Vital reagiu afirmando que o poder civil não poderia interferir nesta questão que tinha fundamento religioso. A situação de tensão levou à prisão dos bispos, que foi revogada um ano depois a partir de um acordo realizado entre D. Pedro II e o papa (FRAGOSO, 2008, p. 186-192).

em suas mãos o poder decisório sobre os rumos da Igreja, afastando elementos do clero que pudessem ter ideias divergentes. É preciso considerar que o sucesso da aplicação dessas determinações passava, necessariamente, pela formação do próprio clero, que deveria estar afinado a essa política conservadora. Neste sentido, atentava-se para a necessidade de uma formação mais rígida dos futuros eclesiásticos em seminários fechados, em conformidade com as orientações do Concílio de Trento (MANOEL, 1999, p. 209).

Deve-se observar que todo o pontificado de Pio IX foi marcado por encíclicas que combatiam o pensamento moderno, os regimes republicanos e democráticos. Neste sentido, a mais citada é a *Quanta Cura* (1864) que continha um anexo onde eram enumerados os oitenta erros do mundo moderno, conhecido como *Syllabus*. Nesse documento, foram reunidos diversos itens já condenados em outros textos pontificiais tais como o racionalismo, o comunismo, a maçonaria, as liberdades de imprensa e a separação entre a Igreja e o Estado:

As seções 1 a 7 condenavam o panteísmo, o naturalismo e o racionalismo absoluto; as seções 8 a 14, o racionalismo moderado; a 15 a 18, o indiferentismo, latitudinarismo, socialismo, as sociedades secretas, as sociedades bíblicas e grupos clericais liberais. As seções 19 a 76 estabeleciam os direitos da Igreja, bem como do pontífice romano e seu Estado, da forma mais intransigente e triunfalista possível. [...] Na seção 79, a liberdade de discurso era condenada [...]. Por fim, a seção 80 sintetizava o documento condenando a asserção de que “o pontífice romano pode e deve conciliar e harmonizar-se com o progresso, o liberalismo e a civilização recente” (JOHNSON, 2001, p. 478).

Em 1871, durante o processo de unificação da península italiana, os territórios da Igreja foram confiscados. Pio IX teve que sair de Roma, refugiando-se em Gaeta para escapar da perseguição de liberais exaltados. Essa questão só foi plenamente resolvida através do Tratado de Latrão, firmado entre o Papa Pio XI (1922-1939) e Benito Mussolini, onde ficou estabelecido o território do Vaticano. Os bispos brasileiros que participaram do Concílio do Vaticano I voltaram para casa dissuadidos das ideias conservadoras ali defendidas e, diante dos acontecimentos que se seguiram, convenceram-se que a Igreja enfrentava uma forte ameaça à qual era preciso reagir prontamente. O meio de se fazer isso era justamente a articulação de um movimento de reforma interna que procurava purificar as práticas religiosas, ampliar o controle da instituição sobre os fiéis, disciplinar o clero, tornar a Igreja brasileira independente em relação ao Estado e aproximá-la das prescrições romanas (BIASOLI, 2010, p. 40).

Rapidamente, Dom Joaquim de Melo e outros bispos brasileiros do século XIX investiram na organização de seminários em suas dioceses, onde passaram a defender os princípios do catolicismo ultramontano. Neste sentido, de acordo com Ivan Manoel (1999,

p. 209), o seminário Diocesano de São Paulo constituiu-se num centro de formação de padres e bispos ultramontanos, que paulatinamente levaram esses preceitos a diversas regiões do país.

Com o final do Império no Brasil ocorreu a separação definitiva entre o Estado e a Igreja, o que num primeiro momento foi visto com apreensão por integrantes do clero brasileiro, pois ainda que tenha sido concedida a liberdade da Igreja com relação ao Estado, também foi garantida a liberdade de culto para todas as religiões no Brasil (BRUNEAU, 1974, p. 66). Assim, a Igreja passou a ter que enfrentar a concorrência de outras religiões que então conquistavam o mesmo status que o catolicismo, sendo-lhes assegurados os mesmos direitos e garantias por um Estado que se dizia não confessional.

De fato, a Igreja desejava a liberdade trazida pelo fim do padroado, mas da forma como isso ocorreu acabou se deparando com uma inesperada concorrência. Além disso, outras questões postas no alvorecer da República preocuparam a Igreja, tais como a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização do ensino público, a secularização dos cemitérios, a proibição de subsídios oficiais a qualquer celebração religiosa (HERMANN, 2011, p. 123). Todas essas mudanças eram inconcebíveis para a Igreja, que então compreendia a si mesma como a única e verdadeira religião.

Informados pelo ultramontanismo romano, os bispos interpretaram as medidas tomadas pelo governo Republicano como um dos males característicos do mundo moderno. Incomodados com os rumos que tomavam as decisões políticas, recorriam aos documentos elaborados pela Cúria Romana, que não escondiam o seu saudosismo com relação ao período medieval. Neste sentido, deve-se lembrar que de acordo com as encíclicas elaboradas no período, as filosofias que sustentavam o mundo moderno não ofereciam um caminho que possibilitasse a salvação das almas e por isso mesmo, era preciso que a própria Igreja construísse um núcleo teórico-filosófico capaz de se contrapor ao ideário modernizante. Dentro desta perspectiva, a partir do pontificado de Leão XIII, sem modificar seu discurso de ataque à modernidade, a hierarquia começou a pensar em estratégias para a recristianização da sociedade através da participação de cada católico:

Encíclicas como *Quod Apostolici Muneris*, *Rerum Novarum*, *Diuturnum Illud* [...] ao mesmo tempo em que condenavam o comunismo e o socialismo, alertavam contra a sociedade burguesa e sua ganância e examinavam a política no mundo burguês, também apontavam caminhos e normas de conduta que poderiam e deveriam ser adotadas por cada católico (MANOEL, 1999, p. 209-210).

Em oposição à filosofia e às ciências modernas, a Hierarquia reagiu reativando teorias conservadoras como o tomismo-aristotélico e a teoria da revelação. Compreendendo que na ação individual estava o caminho para a superação dos problemas

da Igreja, investiu ainda nas associações piedosas e caritativas e na fundação de escolas católicas. Essas ações, voltadas para a formação dos indivíduos eram baseadas na crença de que, se bem instruídas, as futuras gerações dariam conta de difundir a doutrina católica para o corpo social.

No Brasil, passado um primeiro momento de claro descontentamento com a política republicana, a Igreja voltou-se para si mesma, procurando organizar-se internamente, usufruindo da liberdade obtida com o fim do regalismo⁴. Assim, iniciou-se um processo efetivo de construção institucional e de organização eclesiástica no país. Boa parte dos bens da Igreja que tinham sido incorporados pelo poder público durante o Segundo Reinado foram recuperados nesse novo contexto e aos poucos os bispos adaptaram-se aos novos limites políticos impostos pelo Estado.

Neste sentido, já nos primeiros trinta anos da República, cresceu de forma significativa o número de arquidioceses e de dioceses, bem como o número de padres, mediante o estímulo oferecido para o estabelecimento de ordens religiosas estrangeiras. De acordo com Sergio Miceli (1988, p. 26), nesse processo a Igreja construiu alianças com lideranças oligárquicas, impulsionadas muitas vezes pela prestação de serviços educacionais. Este processo ocorria, ainda, em conformidade com as prescrições da Cúria Romana:

Embora seja inegável a força das diretrizes romanas sobre o treinamento do clero, as formas exteriores dos cultos, o calendário de eventos religiosos, o estilo de mando e autoridade episcopal, cumpre salientar os ganhos organizacionais logrados em função das coalizões firmadas com os detentores do poder local e estadual (MICELI, 1988, p. 26).

À medida que a Igreja concluía o seu processo de reestruturação interna e reconquistava sua influência na esfera pública⁵, os discursos de combate ao Estado republicano foram sendo substituídos pela defesa de um regime de colaboração mútua entre as autoridades eclesiásticas e políticas. Essa mudança de atitude marca o início da reconstrução de suas relações com o Estado, que se tornará cada vez mais bem-sucedida a partir da década de 1920 (AZZI, 2008, p. 198-199). Neste período, em que se observa o esforço por parte de bispos e padres ultramontanos em construir um alinhamento entre suas ações e as prescrições romanas, também veremos o florescimento de uma série de

⁴ A historiografia que trata das relações entre a Igreja e o Estado costuma utilizar-se do termo "regalismo" para designar a interferência dos reis em questões religiosas. No Brasil, essa interferência se deu através da adoção do sistema do padroado régio, que concedia ao Imperador o direito de nomear bispos e administrar os bens do clero.

⁵ Deve-se observar, no entanto, que se a Igreja soube neste período contornar as limitações políticas impostas pela República, não foi capaz de exercer um completo controle sobre as práticas religiosas populares. Exemplo disso no início do século XX são os movimentos chamados messiânicos: Juazeiro, Canudos e Contestado. A despeito do processo de reforma institucional, permaneceram práticas de catolicismo popular no Brasil até a atualidade.

publicações periódicas de orientação católica. A “boa imprensa”, assim, tornava-se uma importante arma de combate aos males da modernidade.

A “Boa Imprensa Católica” e a *Revista Vozes de Petrópolis*

As inovações técnicas que permitiram a expansão do mercado livreiro na passagem do século XIX para o XX também influenciaram as publicações periódicas, que cresceram em número e em variedade temática. À medida que eram trazidos para o Brasil novos equipamentos gráficos, proliferavam publicações de diversos tipos, atendendo a interesses de diferentes segmentos sociais. Essas publicações – fossem elas jornais ou revistas – estabeleceram-se como mercadorias de consumo nas cidades que se modernizavam e também como meio de propagação de interesses, ideias e valores (COHEN, 2008, p. 103-105).

A Igreja Católica não deixou de participar desse movimento e desde os primeiros anos de desenvolvimento da imprensa no Brasil procurou investir na criação de jornais e revistas. De acordo com Oscar de Figueiredo Lustosa (1983, p. 11-29), já em 1836, quando surgiu a *Revista Católica*, em Salvador, havia o interesse por parte dos católicos de implementar e difundir publicações alinhadas com os interesses da Igreja. Contudo, foi após a proclamação da República que o projeto de construção de uma imprensa católica no Brasil ganhou fôlego, constituindo-se como um importante instrumento de propagação dos valores da instituição. Neste sentido, num contexto em que era preciso responder tanto à laicização do Estado, quanto à presença da concorrência representada pelo fortalecimento de outras crenças, bispos brasileiros demonstraram sua preocupação com a imprensa através da Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890:

Há, porém, uma forma de que quiséramos ver-vos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja: quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia.

A partir da divulgação desse documento, iniciaram-se inúmeras tentativas de expandir a imprensa católica através da fundação de jornais e de revistas que pudessem enfrentar a proliferação de leituras que se opusessem aos princípios do catolicismo. De acordo com Riolando Azzi (2008, p. 448), no entanto, essas primeiras publicações enfrentaram grandes limitações diante da falta de recursos técnicos adequados para a

realização do projeto; da ausência, em muitos casos, de redatores preparados para o desenvolvimento dessa tarefa e, ainda, do público restrito ao qual tais periódicos atendiam.

Apesar das dificuldades, não faltaram clérigos dispostos a se empenhar no projeto de construção da “boa imprensa” católica. Na sua visão, informada pelo tomismo-aristotélico, a conversão para a fé e a catolicização da sociedade eram tarefas dependentes do convencimento intelectual. Dentro dessa lógica, a fidelidade aos preceitos defendidos pelo catolicismo poderia ser conquistada tão somente através das palavras, tanto faladas quanto escritas. A imprensa mostrava-se, assim, uma importante fonte de difusão do pensamento católico e um dos meios preferenciais para a revelação da “verdade” aos fiéis (AZZI, 2008, p. 443). Em resposta a essas necessidades é que em 1907 foi fundada a *Revista Vozes de Petrópolis* pelos frades franciscanos.

A *Revista Vozes de Petrópolis* era uma publicação mensal, de cerca de 70 páginas, impressa em formato americano (14x21cm), com páginas ilustradas. Apresentava-se como uma revista moderna, não voltada apenas para a discussão de temas religiosos, mas atenta às questões da atualidade, da cultura e da literatura. Desde sua primeira edição, expôs sua intenção de se estabelecer como uma alternativa para os leitores católicos, que através dela poderiam ter acesso a uma leitura edificante e de baixo custo. Deve-se observar que já nesse primeiro texto faz-se uma diferenciação sobre a revista, identificada como “civilizadora e moralizadora”, de outras publicações disponíveis no mercado, relacionadas ao mal e ao pecado:

O organismo social está passando por uma crise nefasta e aguda e pode se dizer, sem laivos d'exagero, que entre os inúmeros meios de corrupção, com que hoje conta o mal na sociedade, um dos mais funestos em suas consequências e dos mais alarmantes para a sociedade religiosa e civil é a acção destruidora da má imprensa. Os progressos da arte typographica que, sobretudo, deviam servir para propagar as ideias sensatas e multiplicar os fructos da virtude têm sido aproveitados para o mal e se têm aumentado, quase ao infinito, os órgãos do vicio, os quaes sufocam os germes do bem e lançam no seio da innocencia e do pudor a semente venenosa do pecado (VOZES DE PETRÓPOLIS, 1907, p. 1-2).

Estabelece-se, assim, uma oposição bastante demarcada que será constante no discurso de combate às “más leituras”. O discurso moralizante é impregnado de dicotomias tais como “bem e mal”, “norma e erro”, “moral e pecado”. A própria criação da revista, neste sentido, justifica-se fundamentalmente pela existência de publicações às quais é preciso se opor, de forma que a ênfase do discurso se encontra no erro dos textos perniciosos e a partir disso é que são construídos os benefícios da “boa imprensa”.

Em 1908, a revista passou aos cuidados do Frei Pedro Sinzig, alemão nascido na cidade de Linz em 1876 e que veio para o Brasil em 1893, onde foi ordenado sacerdote. Convencido da necessidade de promover a imprensa católica e de combater as más leituras,

Sinzig fundou em 1910 a *Liga* e o *Centro da Boa Imprensa*. O objetivo dessas organizações era propagar a “sã literatura” em todo o território brasileiro. Para tanto, propunha-se a adoção de estratégias que incluíam a criação e manutenção de jornais e revistas católicas, a publicação de bons livros (originais e traduzidos) e a fundação de bibliotecas e círculos de leitura que pudessem atender às expectativas da Igreja.

De acordo com a historiadora Maria Margarete dos Santos (2004, p. 7), o êxito das ações empreendidas pelo *Centro da Boa Imprensa* pode ser medido pelas publicações que ele instituiu e manteve nos anos que se seguiram à sua criação. Neste sentido, podemos citar a revista mensal *A Resposta*, publicação oficial da Liga, o jornal *A União*, a revista infantil *O Beija Flor* e *A Tela*, periódico semanal voltado para o saneamento do cinema. Além disso, deve-se considerar que as ações do centro motivaram a criação de incontáveis periódicos católicos em diversas regiões do país.

Em inúmeros textos publicados pela *Revista Vozes*, as atividades exercidas tanto pelo Centro, quanto pela Liga da Boa Imprensa são relacionadas às prescrições romanas. Isso foi importante para convencer fieis, sócios contribuintes e leitores da revista da importância da defesa da imprensa confessional nesse contexto, mas mais do que isso, as sucessivas citações de documentos pontifícios ao longo dos textos do periódico, indicam a relação entre a *Revista Vozes* e o projeto ultramontano. Neste sentido, em diversos artigos sobre a boa imprensa, encontramos a utilização de encíclicas papais como justificativa para um convite à ação de leigos contra a má imprensa. Nesse caso, a ação solicitada aos católicos era justamente o trabalho como escritores em periódicos católicos. No texto, que se intitula *Quem souber escrever, que escreva!*, defende-se a ideia de que aqueles que possuem mais talento literário são justamente os que mais têm obrigação em escrever para a Igreja, manifestando a gratidão a Deus pelo dom que lhes foi concedido:

A quem muito foi dado, muito será pedido. A medida dos talentos que para negociar com eles nos confiou o Pae de famílias será a conta que de nossa administração haverá exigir de nós. Não á a luz para colocar debaixo do alqueire, mas em cima, de maneira que melhor allumie a todos (VOZES DE PETRÓPOLIS, 1912, p. 338).

Ao defender a participação dos leigos no projeto de construção de uma imprensa católica no Brasil, os redatores da *Revista Vozes* baseavam-se em um trecho da encíclica *Nobilissima Gallorum Gens*, de Leão XIII. Ainda que a carta tenha sido escrita especificamente para tratar da questão da França, na parte final, o Papa convocava, em uma pequena passagem, os leigos a participarem, através de sua escrita, do processo de construção de uma imprensa católica: “os leigos distintos por seus talentos, a que

multipliquem os escriptos em defesa dos direitos da religião catholica” (VOZES DE PETRÓPOLIS, 2012, p. 388).

Outro documento eclesiástico recorrentemente citado na revista é a carta encíclica *E Supremi Apostolatus*, redigida em 1903 por Pio X, em que o Sumo Pontífice, retomando os discursos produzidos pela hierarquia desde o século XIX, reafirma que as condições daquele momento exigiam a recondução das sociedades à obediência a Cristo e a Deus, através da submissão aos pressupostos defendidos pela Igreja. A inovação do documento, neste sentido, se faz pela defesa de que não caberia apenas ao clero defender os interesses da Santa Sé, mas também a todos os fiéis:

todos os fiéis sem exceção que devem dedicar-se aos interesses de Deus e das almas: certamente não cada um ao sabor das suas vistas e das suas tendências, mas sempre sob a direção e segundo a vontade dos Bispos, pois o direito de mandar, ensinar e dirigir não pertence a ninguém mais na Igreja senão a Vós. [...] Ação, eis o que reclamam os tempos presentes, mas uma ação que se aplique sem reservas à observância integral e escrupulosa das leis divinas e das prescrições da Igreja [...] Esplêndidos exemplos deste gênero dados por tantos soldados de Cristo, mais depressa abalarão e arrastarão as almas do que a multiplicidade das palavras e do que a sutileza das discussões (PIO X, 1903, s/p.).

Com essa carta, Pio X defendia a criação de associações que pudessem se envolver diretamente na difusão da fé católica, em atividades coordenadas pelo clero. A imprensa, neste sentido, passa a ser vista como o novo púlpito, onde frequentemente eram defendidas ideias contrárias à ortodoxia católica. Recuperar esse púlpito torna-se um grande projeto a ser realizado, tanto pelo clero, quanto pelos fiéis.

No interior desse discurso de defesa da Igreja, não há espaço para a ausência de posicionamento. Em um interessante artigo intitulado *A Escola dos Adultos*, Pedro Sinzig (1912) situa a imprensa como o grande instrumento de difusão do catolicismo, ao mesmo tempo em que pode ser responsável pela sua destruição. Observando o aumento contínuo do número de publicações periódicas, Sinzig adverte que o saneamento da imprensa era uma tarefa que deveria ocupar o centro das preocupações dos católicos nos próximos vinte anos. Para o franciscano, uma das faces desse grande problema estava no fato de que os próprios católicos liam com frequência os jornais mantidos por inimigos da Igreja:

Que adianta que associações caritativas e sociaes curem uma ou outra chaga do corpo doente, si o sangue envenenado faz logo abrir-se nova ulcera em outra parte do corpo social? Mas infelizmente este veneno, com regularidade assustadora é infiltrado dia por dia nas veias do corpo social. Não há outro meio: o sangue deve ser regenerado; para fora o veneno! Venha a bôa imprensa dar saúde e vigor ao corpo social! Eis a maior e a mais urgente tarefa: o combate organizado á má imprensa; o apoio organizado à bôa... dever do clero, dever do povo (SINZIG, 1912, p. 68-69).

Nessa passagem, mais uma vez Sinzig se utiliza da metáfora do veneno lento para descrever os efeitos das más leituras. Se os textos têm essa capacidade de envenenar silenciosamente seus leitores, cabia à Igreja estabelecer parâmetros que permitissem o cerceamento dessas leituras, evitando, assim, que os católicos fossem acometidos pelos graves perigos que elas poderiam representar.

As más leituras e seus perigos para os católicos

Se a proliferação de jornais que não atendiam aos princípios católicos já assustava os integrantes do clero nos primeiros anos do século XX, o que poderíamos dizer sobre a literatura ficcional? Mais do que qualquer outro tipo de leitura, a literária é marcada pela subjetividade, pois um mesmo texto literário pode remeter a uma infinita pluralidade de significações. Através da ficção somos levados a experimentar, de modo imaginário, cenas, situações que nunca vivemos – e que talvez, nunca viveríamos não fosse pelo acesso ao livro.

Podemos ir ainda mais longe: uma vez que o ato da leitura envolve a experiência de proferir mentalmente ideias que não são nossas, pode-se dizer que ler nos permite vivenciar um pouco do outro, interiorizando-o, para depois voltarmos para nós mesmos. Assim sendo, é impossível não ser transformado pela leitura, pois ela envolve-nos em um constante processo de desconstrução e de reconstrução de nós mesmos (JOUVE, 2002, p. 107-131). Em função do seu caráter conservador, o objetivo daqueles que clamam à censura dos romances é justamente o de impedir qualquer possibilidade de transformações que possam ser instigadas pelos textos escritos.

O discurso católico sobre a leitura, difundido através da revista *Vozes é*, neste sentido, voltado especialmente para a preservação da moral entre os jovens e parte da constatação de que os jovens leem muito, mas não sabem escolher suas leituras. Na visão dos redatores da revista, esse excesso de leituras seria consequência tanto do desejo de fugir da realidade, quanto de uma “sede imperiosa da ciência”. Além disso, muitos leriam apenas para acompanhar a moda, procurando sempre conhecer o conteúdo dos romances mais comentados:

Há autores da moda... é preciso conhecê-los. Que quereis? Eu não posso ignorar um livro, do qual já se venderam ... 1000 exemplares. Realmente, é doloroso ver tantas baixezas aceitas impunemente, só porque são assignadas por um nome festejado, ao passo que as obras elevadas e nobres, destinadas a ser nossas mestras, jazem esquecidas nas livrarias, sem que se as folheie. [...] dest'arte, condena-se a imensa produção da literatura romanesca, que constitue a maior

parte das leituras modernas. Desconfio muito do joven, do estudante que procura, no romance, unicamente suas distrações, seus gozos intellectuaes. [...] O romance não é, hoje em dia, somente uma obra artística: constitui-se a tribuna e o pamphleto, tornou-se scientifico, philosophico, histórico... e quase sempre immoral (VOZES DE PETRÓPOLIS, 1918, p. 121).

É impossível ler essas críticas sobre os romances da moda na época e não lembrar dos textos que tiveram maior êxito editorial no período. De fato, como vimos, grande parte da literatura que se popularizou na época não estava preocupada em difundir valores morais. Na lista dos mais vendidos, inclusive, a intenção dos autores muitas vezes não residia nem mesmo no cuidado estético narrativo. Antes de tudo, buscava-se vender os livros. Disto decorre a grande profusão, inclusive, de obras pornográficas, como as inúmeras brochuras publicadas pela *Revista O Rio Nu*, romances obscenos que faziam parte da coleção *A Biblioteca do Solteirão*, todas vendidas até a última edição (EL FAR, 2006, p. 50). É muito provável que justamente entre os mais jovens circulassem boa parte dessas leituras consideradas sediciosas. Não eram apenas essas leituras pornográficas, no entanto, que preocupavam os católicos propagadores do ideal da boa imprensa. Para os redatores da *Voices* eram os romances aparentemente inofensivos que representavam os maiores perigos:

Meus amigos, vêde o primeiro inconveniente das leituras romanescas, mesmo aquellas que por mera convenção são chamadas serias, para a joven inteligência, já minada pela educação cujo vicio radical aqui mesmo denunciámos. Si considerarmos os romances de enredo puramente amoroso ou sentimental, o perigo revela-se diferente, mais grave ainda se possível. [...] Mas, ao lado delas, vejo a multidão dos romances passionais oferecendo a eterna pintura de amores ideaes. Vejo esses contos poéticos, chimericos, reflectindo o desprezo pela banalidade quotidiana da vida, o encanto embalador da melancolia, com tristeza, desespero. Meus amigos, são taes livros os mais próprios para corações de vinte anos? Desde os 20 annos recebemos, mesmo nos estabelecimentos religiosos, uma cultura intellectual intensa que excita nossa sensibilidade até a dor (VOZES DE PETRÓPOLIS, 1918, p. 215).

A condenação do romance, nesse ponto, recai sobre a idealização do amor, que seria prejudicial por afastar os jovens da possibilidade de obterem a felicidade conjugal, no interior do casamento. Mais do que isso, podemos observar, na sequência do texto, o desenrolar de uma argumentação que se volta para a necessidade de controlar o excesso das leituras, consideradas em si mesmas prejudiciais. Neste sentido, em 1922, foi publicada nas páginas da revista uma série de textos sob o título *O máu romance: eis o inimigo*. De acordo com o autor, que assina apenas como Ireneu, além de corromper a religião, os romances seriam responsáveis por crimes, suicídios, esterilidade intelectual, degradações morais e todo o tipo de desgraças. Na sequência do texto ele apresenta dois exemplos dos males que a leitura pode causar, cujas situações ele mesmo presenciou. O teor desses exemplos merece ser analisado com detalhes.

O primeiro exemplo é do jovem Armindo, que desde a infância orgulhava a família por ser muito dedicado aos estudos. Era o melhor aluno de sua classe e tudo indicava que seu futuro seria promissor. Até que nas férias recebeu de um amigo da família uma pequena “coleção de venenos”, cuja leitura iniciou inocentemente em busca de uma distração. Logo que se pôs a ler, no entanto, foi tomado pela febre causada pelos textos sediciosos. Devorou todos os livros, aplicando-se à leitura em todos os momentos, sem descanso. Em decorrência disso, em poucos dias já mostrava graves mudanças de comportamento: começou a ignorar sua mãe, perdeu o interesse por todas as coisas que não fossem os romances. Ao fim das férias, estava esgotado, tendo retornado à escola magro, com olheiras profundas, completamente modificado.

Quando iniciaram as aulas, os professores de Armindo logo perceberam sua mudança. O jovem já não tinha o prazer em estudar, não tinha paciência para ouvir as aulas. Apenas nos intervalos ele se mostrava desperto, feliz que estava por poder novamente se voltar para a leitura de romances. O único prazer que demonstrava ter era o de contar a seus colegas os detalhes perniciosos de suas leituras. Por fim, o rapaz acabou sendo expulso do colégio, onde já não podia permanecer, tamanho o seu desinteresse por tudo. No lugar do destino triunfante que todos imaginavam que ele teria, acabou por se tornar completamente inútil, corrompido e viciado pelos maus livros que leu: os piores livros de Eça de Queiroz, de Alexandre Dumas, de Pierre Loti, de Balzac e de Zola.

O segundo exemplo narrado se referia à situação de uma jovem, que sendo de boa família, concluiu seus estudos no pensionato aos 16 anos. Sem que ninguém percebesse, no entanto, a moça desde muito cedo aventurou-se pelas más leituras. Na vida adulta passou a reproduzir a vida que leu nos romances: acordava sempre muito tarde, lia revistas de modas, arrumava-se, saía para o cinema, para os espetáculos, para os bailes. De acordo com o autor, sua vida tornou-se repleta de futilidades e o único compromisso que ela se mostrava capaz de assumir era a leitura dos folhetins publicados nos jornais. As consequências dessa exposição descuidada às más leituras foram danosas para a própria jovem, que acabaria por se tornar uma dona de casa descuidada e uma mãe ausente. Ireneu não apresenta comprovações de que esses casos noticiados tenham de fato ocorrido, mas ainda assim, se utiliza desses exemplos para justificar sua argumentação sobre os malefícios da leitura. Neste ponto é a compreensão do discurso católico como o único detentor da verdade que atribui legitimidade à sua fala⁶.

⁶ Esta era uma construção discursiva comumente empregada em jornais católicos. Através do discurso religioso, boatos ou notícias cuja veracidade não era comprovada adquiriam status de verdade. Para citar apenas um exemplo, podemos

Ao observar os efeitos negativos do acesso às más leituras nesses dois exemplos construídos pela narrativa da revista, podemos observar a demarcação de ideias de feminilidade e de masculinidade. Para o rapaz, as consequências das más leituras são o vício, a deterioração física e a incapacidade de se realizar profissionalmente. Enquanto isso, para a moça, a degradação moral seria marcada pela futilidade e pela incapacidade em se tornar boa esposa e mãe. Através desses dois anti-modelos, podemos inferir que na visão daquele que produziu esses discursos, a verdadeira realização dos homens se dava através do acesso ao mundo do trabalho e a das mulheres pelo cuidado dos filhos.

Ireneu se apropria de um vocabulário desenvolvido pelo discurso médico sobre a leitura para justificar seus malefícios. Na descrição que faz de Armindo após o contato com os romances, ele ressalta o definhamento físico do personagem. Sem realizar nenhuma citação direta, essa passagem remete ao discurso produzido por médicos como Somon-Andre Tissot na segunda metade do século XVIII⁷. Em seu livro, intitulado *A Saúde dos homens de letras*, Tissot enumerou os inconvenientes físicos que poderiam ser causados pela leitura: cansaço da vista, esgotamento dos nervos, definhamento físico gerado pelos longos períodos de repouso, perda de apetite, dificuldades digestivas, enfraquecimento geral, espasmos, irritabilidade, convulsões, taquicardia (ABREU, 1999, p. 11).

Mas vale observar que ainda no século XVIII já circulavam opiniões mais amenas a respeito dos efeitos físicos da leitura, como a do médico Johan Adam Bergk, que considerou apenas que para preservar a saúde do corpo era necessário manter uma postura correta, evitar ler imediatamente após comer e intercalar o esforço intelectual com exercícios físicos (DARNTON, 1992, p. 219). Neste sentido, é interessante destacar a seleção de informações realizada pelo redator da *Revista Vozes*, que preenche seu discurso com alusões ao conhecimento médico, mas que ao mesmo tempo desconsidera as informações científicas que pudessem contradizê-lo ou ao menos, amenizar seu argumento.

Na argumentação construída por Ireneu, o pior problema relacionado à leitura está no fato de que geralmente, aqueles que leem os maus livros, acreditam que eles não lhes fazem mal. Os romances, dentro dessa perspectiva, têm o poder de seduzir seus leitores, convencendo-lhes de suas ideias através de narrativas que os comovem e que os levam ao

observar essa mesma configuração discursiva nos escritos contrários ao espiritismo, publicados pelo jornal *Santuário da Trindade*, nos primeiros anos do século XX no Brasil, tema estudado por Robson Rodrigues Gomes Filho em seu artigo "Entre a loucura e o demoníaco: o discurso contra o espiritismo nas linhas do jornal *Santuário da Trindade*, em Goiás na década de 1920". In.: *Revista de História Regional* nº 19, v. 1. 2014. pp. 227-247.

⁷ Esse período coincide com o processo de ampliação da alfabetização e com o alargamento da difusão de escritos na Europa. No contexto, não apenas médicos, mas diversos grupos de intelectuais conservadores se puseram a produzir discursos sobre a leitura e seus efeitos negativos. Produziu-se, assim, um certo consenso de que havia uma "epidemia de leituras" que poderia ser perniciososa e que por isso precisava ser combatida. A historiadora Marcia Abreu (2010) trata desses discursos em seu texto "O perigo dos Livros".

deleite. No vocabulário empregado pelo autor, essas histórias têm um efeito hipnótico, agindo profundamente na formação psicológica dos sujeitos, de forma que tanto a qualidade das leituras quanto sua quantidade trariam consequências absolutamente perversas.

Ao construir essa argumentação, o autor parece compreender o romance como algo construído cuidadosamente com o objetivo de persuadir seus leitores a partir dos critérios estabelecidos pela retórica clássica: a persuasão lógica (conduz ao convencimento), a persuasão afetiva (induz à comoção) e a persuasão estética (leva ao deleite). Assim, livros perigosíssimos acabam entrando nas casas das famílias e quando seus malefícios começam a ser percebidos, já não se pode fazer mais nada:

Quem profere aquela frase – ‘as más leituras a mim não me fazem mal’ ou não entende o que lê, e nesse caso passa se aí mesmo um triste diploma de incapacidade, ou já tem as faculdades superiores monstruosamente depravadas pelo mau habito das leituras, e então o mal já está feito, ou quer-se iludir mentindo à consciência (IRENEU, 1922, p. 182).

Na terceira parte do texto, o autor apresenta a solução para os males causados pelos maus romances. Para ele, com o intermédio da Igreja seria possível elaborar leis eficazes para o combate às más leituras. No entanto, enquanto isso não acontece, ele sugere que todo católico conheça o Índice, documento onde a Santa Sé relaciona uma série de livros, que depois de um sério exame, foram julgados como perigosos ou imorais. Ler um livro que é citado pelo Índice, portanto, é um pecado grave para os católicos.

Por fim, o autor explica que o fato de um livro não estar relacionado no índice não significa, necessariamente, que ele pode ser lido. Por isso mesmo, é preciso que cada fiel conheça algumas regras gerais sobre as leituras interditas: edições do texto original ou outras versões da Bíblia, livros que propaguem heresias, que ataquem a religião ou os bons costumes, que introduzam novas devoções ou superstições, que narrem ou ensinem coisas obscenas, os que contenham imagens pervertidas de Santos, do Cristo, de Anjos ou da Virgem Maria (IRENEU, 1922, p. 219-220).

Observando todos esses motivos pelos quais um livro pode ser censurado pela Igreja, podemos ter uma noção das dificuldades inerentes à tarefa que Pedro Sinzig se dispôs a realizar quando iniciou a escrita de seu *Guia para as consciências*. Certamente ele possuía o conhecimento de inúmeros documentos produzidos pela Igreja Católica a respeito dos motivos pelos quais seria lícito, e também urgente cercear o acesso dos fiéis a determinadas leituras.

No entanto, não podemos negar que o volume de publicações disponíveis e também a própria generalidade das prescrições acarretavam em obstáculos para a realização de qualquer lista que pretendesse arrolar as leituras que seriam consideradas ímpias. Quando

observamos os textos publicados pelo autor na *Revista Vozes* sobre o tema, podemos identificar alguns questionamentos que ele próprio teve que enfrentar para a construção de seu índice. Neste sentido, ele afirmava:

A confecção d'um catálogo de boas obras, é tarefa mais difícil e mais dispendiosa, do que à primeira vista parece. Digamos mesmo que nunca haverá catálogo que satisfaça a todos. Um livro póde ser esplendido, optimo e entretanto não servir para meninos e meninas de collegios. Será excluído do catalogo?... Outro póde ser o encanto de almas piedosas, mas não satisfazer as exigências críticas dos mais instruídos. Terá um logar no catalogo? (SINZIG, 1910, p. 695).

Ao dialogar com o discurso sobre as más leituras produzido pela Igreja, Sinzig, portanto, percebe que não é possível constituir um discurso moralizante que abarque a diversidade do público leitor. Pelas colocações do franciscano, percebemos que a moral possui prescrições variáveis de acordo com a idade, o sexo e o nível de instrução de cada pessoa. Diante da multiplicação de textos escritos que os clérigos observavam naquele contexto, haveria indivíduos que teriam condições de dominar essa profusão de publicações, porque sua cultura e os instrumentos que adquiriam ao longo da vida, permitem que eles consigam se orientar nesse mundo prolixo. Na compreensão da Igreja católica, que atribuía a si mesma o domínio da verdade sobre as coisas do mundo, esses sujeitos só poderiam ser integrantes do clero, que por meio de seus estudos e de sua fé tinham condições de orientar os fiéis, que não contando com os mesmos recursos, facilmente se perderiam nesse mundo de textos.

Neste sentido, é interessante observar a construção realizada por Roger Chartier (1998), quando discorre sobre o medo do excesso de livros. Para o autor, a preocupação com as leituras em excesso se baseia na asserção de que há indivíduos que estão desarmados diante da profusão de leituras e que, por isso mesmo, fazem más escolhas, sendo asfixiados pela produção escrita. Assim, “a ideia de proliferação das leituras incontroladas, anda de mãos dadas com a multiplicação dos leitores incontroláveis”, representados por aqueles que leem o que jamais deveriam ter lido (CHARTIER, 1998, p. 110). Definir o que “jamais deve ser lido” é, em todo o caso, um desafio enfrentado por aqueles que ocupam ou querem ocupar um lugar de autoridade e que para isso, precisam definir quais práticas são consideradas legítimas. O mais fascinante em trabalhar essas questões é, neste sentido, poder constatar que as práticas de leitura frequentemente se emancipam diante das normas que lhes são impostas.

A visão que os intelectuais vinculados à *Revista Vozes* tinham da Literatura era radicalmente diferente daquela defendida pelos escritores da época. Se para autores vinculados à estética Realista a função da literatura era representar o real e para os

modernistas sua importância residia na transformação e recriação poética da realidade (VELLOSO, 1988, p. 1-6), na visão dos religiosos nenhuma dessas concepções poderia explicar a verdadeira função do texto literário. No discurso produzido pela *Revista Vozes*, a principal função da literatura deveria ser a de formar as almas. É neste sentido que Deus inspirou a escrita da Bíblia e com esse intuito também deveriam agir os verdadeiros escritores.

Essa noção, que aparece em diversos textos sobre a leitura publicados pela revista, parte do pressuposto de que ler é uma atividade formativa que deve ligar o homem à verdade e ao exercício pleno de sua espiritualidade. Uma concepção que teria sido corrompida pela multiplicação de textos escritos que se afastavam das verdades cristãs. Por isso mesmo, em alguns momentos a intensidade dos discursos contrários às formas literárias modernas parecem revelar um saudosismo com relação ao período medieval, quando aqueles que sabiam ler, em geral, liam poucos livros repetidas vezes. Essa idealização da atividade da leitura, produzida a partir de um olhar que se volta para o passado choca-se completamente com o perfil dos leitores que ocupavam as grandes cidades brasileiras no início do século XX: leitores ávidos por novidades, que procuravam todo o tipo de material, lendo-os apenas uma vez e logo correndo para as leituras seguintes⁸.

Soares d' Azevedo discute essas concepções em seu texto *Para que serve a literatura?*, publicado em 1924. No texto, o autor parte do princípio de que a boa literatura distingue-se da má por fornecer alimento à alma de seus leitores e sendo assim, o principal legado de um livro está na mensagem que ele transmite. A partir dessas afirmações, o autor analisa a relação entre a forma e o conteúdo literários. Na visão de Azevedo, a boa escrita, muitas vezes esconderia mensagens danosas, sendo utilizada como um elemento de sedução para atrair os leitores a textos vazios:

Tanto mais perigoso, é um escritor ateu, quanto com mais elegância e correção dá livre curso às suas ideias [...]. Nós nos enganamos supondo que a literatura consiste em fazer frases, frases belas, quando a verdade é que, sem belas ideias, deve ser tomada como mercadoria suspeita (AZEVEDO, 1924, p. 644).

Na sequência, o autor faz uma série de considerações em que ele defende que os livros católicos deveriam ser melhor escritos, de forma que seu conteúdo pudesse ser valorizado como merece. Para isso, ele se utiliza de uma metáfora, em que considera estilo literário o vestido com o qual a ideia que se quer transmitir é adornada. Assim como há

⁸ A historiografia que trata das mudanças com relação às práticas de leitura no mundo moderno e seu contraponto no período medieval é mapeada por Robert Darnton (1992, p. 212-213) em seu texto "História da Leitura". Para o autor, a proliferação de textos que ocorre na Europa a partir do final do século XVIII teria levado a um deslocamento fundamental na natureza da leitura, modificando as formas de ler e os hábitos de leitura.

vestimentas adequadas para diferentes situações sociais, também para cada conteúdo haveria uma roupa mais apropriada. Por ser a mensagem cristã tão nobre, ela mereceria também belos trajes:

Já muito tenho sofrido por muito haver pedido mais elegantes e apropriados trajes á literatura catholica brasileira, tomada no geral. Soffrer mais um pouco não me abalará os últimos limites da resistência. Tenho a consciência de estar pedindo para a maior gloria de Deus, e me constrange ter descaridosas mas justas criticas a tantas roupas esfarrapadas que ventem ideas primorosas (AZEVEDO, 1924, p. 646).

Essa crítica aos problemas na forma de escrita dos romances católicos existentes no país da época relaciona-se ao sentimento, presente desde os primeiros textos da revista, de que ao mesmo tempo que havia uma proliferação de livros perniciosos à disposição dos leitores (fruto da exploração econômica realizada por editores e livrarias), faltavam bons livros que pudessem servir à causa católica. Além disso, faltavam também bibliotecas bem organizadas, onde fosse possível encontrar apenas boas obras à disposição das famílias.

Para resolver essa questão, desde sua criação, o Centro da Boa Imprensa desejava investir tanto na impressão de bons romances, quanto na elaboração de um catálogo de livros que pudesse servir para a organização de bibliotecas católicas. Foi durante o esforço de produção desse catálogo que parece ter surgido a ideia de transformá-lo em um verdadeiro *Guia para as consciências*, que pudesse não apenas servir para a criação de bibliotecas, mas que os católicos pudessem ter em casa, para consultar sempre que fosse necessária uma orientação para suas leituras.

Um guia para as consciências

A necessidade de instruir leitores católicos para que fizessem boas escolhas literárias foi a principal motivação encontrada por Pedro Sinzig para a construção de seu próprio índice, *Através de Romances: Guia para as Consciências*. Nele, foram reunidos comentários sobre o maior número de obras possível, entre aquelas que circulavam no Brasil na época. Publicada pela primeira vez pela *Vozes de Petrópolis* em 1915, a obra contou, ainda, com mais duas edições, sendo que em cada uma foi ampliado o número de livros comentados. Assim, se em 1915 eram comentados 11.863 livros, na segunda edição, em 1917 esse número subiu para 17.766 livros e para 21.553 em 1923. Esses números impressionariam qualquer pesquisador que se aventurasse pelos caminhos da censura traçados por Sinzig. Através da leitura de artigos publicados pela *Revista Vozes* a respeito

do índice, no entanto, conseguimos algumas pistas a respeito da forma como esse trabalho foi realizado.

A iniciativa para a construção do *Guia para as Consciências* surgiu, como vimos, a partir do projeto de saneamento das leituras realizado pelo *Centro da Boa Imprensa*. Com o apoio da organização, Sinzig arrecadou os valores necessários para a aquisição de livros que precisassem ser examinados e também para a impressão da primeira edição. Em 1914, portanto, um ano antes da publicação da primeira edição, o guia já era anunciado nas páginas da revista, enfatizando-se que após esse extenuante trabalho, a obra seria vendida sem qualquer lucro, a não ser o de impedir que católicos inocentes acabassem corrompidos pelas más leituras:

Outros povos, mais felizes do que nós, têm guias seguros que os levam pelo labirinto das belas letras, fazendo vêr o que são os livros sob o ponto de vista moral. Quem se incumbirá desta tarefa com relação aos romances em portuguez? Um particular? Mas as despesas da aquisição dessas centenas e centenas de livros a examinar? E o lucro comercial? Nenhum. Lucro não haverá, sinão o moral, que este sim, é grande; pois permitirá dar um juízo fundado, seguro, ao chefe de família, ao confessor, á directoria de associações cathólicas, aos directores de collegios e aos particulares (SINZIG, 1914, p. 795).

Ao afirmar que outros povos já possuíam guias de leituras para os fiéis católicos, Sinzig sinaliza a existência de obras que lhe serviram de referência e de inspiração. Quando o livro fica pronto, em 1915, o autor faz questão de enumerar cada uma dessas obras, que antes da sua distinguiram boas e más leituras. Neste sentido, o primeiro trabalho citado é o *Romans à lire et Romans à proscrire*, de autoria do Padre Louis Bathléem. O manual francês foi estudado por Anne Marie Chartier e Jeán Hérbrard em seu livro *Discurso sobre a Leitura*. De acordo com os autores, o texto teria surgido de uma preocupação da Igreja em combater as más leituras, o que era então tomado não apenas como um direito, mas como um dever por parte dos integrantes do clero. O ponto mais interessante da narrativa é que ela demarca a posição conservadora de que o ideal seria que os católicos não praticassem a leitura por fruição, uma vez que na visão da Igreja, o melhor seria que os textos fossem explorados apenas a partir de seus aspectos formativos. No entanto, uma vez que não era possível banir esse hábito, investiu-se numa classificação dos livros tendo em vista sua avaliação estritamente moral (CHARTIER, 1995, p. 22). Essa disposição em exercer uma tutela dos atos de leitura a partir de um crivo moral inspirou fortemente o trabalho de Sinzig e determinou o estabelecimento das regras que guiaram a organização do *Guia para as consciências*.

Também citados por Sinzig como referências são os textos *Lecturas nocivas e Lecturas útiles*, publicado em 1910 em Valência pelo Frei Amado de Burguera y Serrano e

Novelistas Malos y Buenos, publicação colombiana do Jesuíta Pablo Ladrón de Guevara. Sobre a obra espanhola não encontramos referências na historiografia, mas a respeito do trabalho de Ladrón de Guevara, pode-se dizer que as obras são classificadas a partir da qualificação de seus autores, para os quais foram estabelecidas as seguintes categorias: “herético, irreligioso, ímpio, blasfemo, clerófobo, anticlerical, *malo*, *de malas ideas*, danoso, *perigroso*, *inmoral*, obsceno, desonesto, lascivo, *lujurioso*, *libre*” (URREGO, 2002, p. 44-45). As críticas, portanto, eram realizadas a partir dos autores e não das obras. Neste sentido, o julgamento de Sinzig parece ser um pouco mais flexível.

Ao organizar seu índice, Sinzig ordenou os autores por ordem alfabética, apresentando-os por uma síntese biográfica. Em seguida, eram listadas as obras, distinguindo-se aquelas cuja leitura seria indicada ou não para os fiéis. Tanto na introdução do *Guia para as consciências*, quanto nas considerações feitas a respeito dele na *Revista Vozes*, o franciscano tomou o cuidado de afirmar que o julgamento moral por ele realizado recaía sobre as obras e não sobre a pessoa dos autores. Essa ponderação, de acordo com o padre, foi realizada porque constatou-se, na produção de diferentes autores a presença de alguns livros inofensivos e de outros que poderiam ser danosos para alguns leitores. Além disso, é possível também que Sinzig estivesse procurando esquivar-se das críticas por ter considerado obras de autores já consagrados como contraindicadas. É o caso de sanções que aparecem a autores como Machado de Assis, José de Alencar e Monteiro Lobato, para citar apenas alguns exemplos.

Na indicação das suas referências, Sinzig cita ainda uma série de títulos produzidos na Alemanha. Tratam-se de obras que anualmente eram reeditadas, acrescentando-se complementações que visavam dar conta dos novos textos que eram colocados em circulação, como *Literarischer Ratgeber für die Katholiken Deutschlands*, *Was soll ich lesen?* e *Keiters Katholischer Literatur-Kalender*. De acordo com o historiador Claudio Aguiar Almeida (2015, p. 57), essas publicações alemãs devem ser particularmente consideradas porque durante toda sua vida o franciscano manteve uma estreita relação com instituições católicas do país onde nasceu e iniciou sua vida religiosa.

Desde o final do século XIX os católicos alemães dedicaram grande interesse pela literatura, tendo se destacado produções de diversos autores que criticavam ensaios e romances, que tinham o poder de contaminar seus leitores. Mais tarde, a influência desses autores alemães que participaram dos debates promovidos dentro da Igreja a respeito da necessidade do cerceamento das leituras, vai inspirar Sinzig a se aventurar também pela escrita de romances católicos. Isso porque entre os intelectuais alemães teria surgido um fervoroso debate nos últimos anos do século XIX sobre a necessidade de se construir uma

literatura católica nacional, capaz de competir com a literatura “laica”, que na maior parte das vezes se apresentava como imoral. Convencido da necessidade de fazer o mesmo no Brasil, Sinzig publicou seu primeiro romance intitulado *Não desanimar!*, escrito em 1912 (ALMEIDA, 2015, p. 60-61).

Apesar de assinar sozinho o livro *Através dos Romances: guia para as consciências*, Sinzig contou com um grande número de colaboradores. É bem provável que os comentários referentes a boa parte das obras estrangeiras que são citadas no índice tenham sido elaborados a partir das referências que ele citou na apresentação de sua obra, de forma que juntamente com os integrantes do *Centro da Boa Imprensa* ele tenha se dedicado às publicações em língua portuguesa às quais teve acesso.

Na introdução do seu *índice*, Sinzig também cita alguns de seus colaboradores, considerados competentes amigos que teriam realizado a avaliação de algumas obras para ajudá-lo a dar conta dessa tarefa. São eles: Almeida da Cunha, do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte; Carlos Aguiar também da capital mineira; Soares de Azevedo, jornalista católico que escreveu no mesmo período para a *Revista Vozes*; os padres Jesuítas P.J.B Hafkemeyer, de Pelotas e Alfredo Bley Valkenbur, da Holanda e os frades Felipe Niggmeyer, Nicodemus Grundhoff e Julio Janssen (SINZIG, 1915, p. 40). Na terceira edição do índice ele cita também, com destaque, Ancilla Domini (pseudônimo de Hilda Leite Guimarães), que segundo Sinzig em vida não havia permitido que ele a citasse, mas cuja colaboração teria sido a mais expressiva entre todos os que o auxiliaram (SINZIG, 1923, p. 23).

A partir da leitura dos artigos publicados pela *Revista Vozes* é possível supor também que Sinzig contou com muitos outros colaboradores não citados nominalmente em seu índice. Isso porque, em 1914, o franciscano publicou um texto, onde comentava sobre o projeto do livro e pedia o auxílio de todos que o pudessem ajudar a concluí-lo até janeiro de 1915, quando se realizaria o I Congresso da Boa Imprensa, onde pretendia fazer o lançamento da obra. Neste sentido, Sinzig inicia o texto comentando seu cansaço físico que a realização de tal tarefa lhe impôs, para na sequência instruir aqueles que pretendessem enviar suas colaborações:

Contando apenas com um ou outro que actualmente o ajude, e tendo-se visto obrigado a parar no exame dos livros, por não lh'ó permitir – apesar de ter bons olhos – a vista demasiadamente cansada, faz este apelo a todos quantos se interessem pelo assumpto. [...]

Querem tornar o Guia, desde já, mais importante?

Mandem-me então o seguinte:

- 1) Título exacto da obra, com indicação do editor e do logar do aparecimento, e si o souberem, do preço.
- 2) Um resumo pequenino da narração

- 3) A indicação clara, si é leitura boa ou inofensiva para todos, ou si não serve para ninguém, ou se tem apenas alguns senões, mais ou menos graves e quales são estes (SINZIG, 1914, p. 796).

Através dessa atitude, Sinzig abre espaço para a participação do público leigo que tivesse o interesse em ajudá-lo a concluir seu trabalho. Ainda que ele tenha supervisionado e reunido todos esses comentários, é interessante observar a obra como uma construção coletiva, da qual puderam participar não apenas pessoas próximas ao franciscano (por ele criteriosamente selecionadas), mas também todos os leitores da revista que se sentissem sensibilizados pela causa do enfrentamento às más leituras. Para determinar o olhar que os colaboradores deveriam ter com relação às obras, Sinzig estabeleceu um critério único que deveria determinar os julgamentos – a questão moral:

Confesso que, ainda que não possa nem deva atender a pessoas demasiadamente escrupulosas, prefiro bastante rigor nestas apreciações do lado moral dos livros; ninguém condenará, por exemplo, nos romances, cenas de amor quando nelas preside a delicadeza da consciência; serão prejudiciais, entretanto, quando demasiadamente vivas e ardentes ou – quando baixas (SINZIG, 1914, p. 796).

Além do envio de verbetes, Sinzig solicita ainda nesse texto a doação de romances de todo o tipo (bons ou maus) para a biblioteca do Centro da Boa Imprensa. Assim, quem não se sentisse capaz de escrever comentários de obras, poderia colaborar simplesmente enviando livros para a avaliação. Folheando o *Através de Romances* podemos observar, em muitos verbetes algumas indicações de autoria, ao final do comentário, com a demarcação de iniciais ou do nome completo de quem os escreveu. Não podemos afirmar, contudo, que todos os comentários que não foram assinados são da autoria de Sinzig.

Considerações finais

Todo esse esforço para construir a norma, no entanto, parece ter levado ao aguçamento de curiosidades com relação aos livros proibidos. Essa inesperada consequência da elaboração de uma obra que pretende censurar as leituras foi sentida pelos integrantes do *Centro da Boa Imprensa* logo após o lançamento do livro de Sinzig. Neste sentido, em 1921, Soares d'Azevedo, publicava na *Revista Vozes* um texto intitulado *Os fructos prohibidos*, em que descrevia o comportamento de muitos católicos que mesmo informados pelo *Através de Romances* não deixavam de lado os maus livros. Indignado com a atitude daqueles que esperam alguma aprovação para ler, ao menos algumas páginas, de livros condenados, o jornalista transcreveu um curioso diálogo que afirmava ser um exemplo de centenas de casos que lhe ocorrem todos os dias:

Eu mesmo tenho encontrado sérias dificuldades em convencer determinadas jovens de que em hypothese nenhuma devem ler certos autores. Anda uma, por exemplo – e eu nem sequer lhe sei o nome – a perguntar-me todo o santo dia, pelo telefone, quaes as obras de Eça de Queiroz que poderá ler. [...]

- Minha senhora: o *Através dos romances* condena todos os livros de Eça de Queiroz.

- Sim, sei. Eu só desejo, porém, deleitar-me com o estilo do grande escritor portuguez.

- É perigoso. A senhora pode deixar-se empolgar pelo conceito. O risco é muito grande.

[...]

- Sou uma moça de 25 annos. Tenho certo preparo. A educação que me deram meus paes serve de couraça aos perigos que a leitura de Eça possa me oferecer.

- Não creio. A senhora tem 25 e eu 31. A educação que recebi não me parece mais frágil que a sua. O meu preparo, certamente, não será menor. No entanto eu também não me sinto seguro. Ninguem se pode sentir seguro contra as insidias de um livro muito bem escripto e com uma argumentação aparentemente irrespondível.

- Mas eu garanto.

- A senhora não pode garantir, porque nem os santos podiam garantir que domariam os instinctos, quando quisessem; só as almas privilegiadas se podem considerar imunes das epidemias intellectuaes e Moraes. A senhora, com certeza...

- Não sou santa, nem privilegiada, é verdade. No entanto, tenha a bondade de me dizer onde se acham à venda os livros de Eça.

- Sempre os vai ler?

- Tentarei. Si não me agradarem, ponho-os de parte.

- Dou-lhe os meus pêsames. Não sei onde se vendem obras de Eça. Passe bem (AZEVEDO, 1921, p. 473-474).

Essa vinculação dos livros com o fruto proibido, com o pecado, é o fio condutor de toda a narrativa que inicia o livro *Através dos Romances*. Na longa introdução que Sinzig constrói antes de realizar a listagem das obras o frei compara os livros com maçãs, aproximando-se da história de Adão e Eva. Na parábola, o pai cede aos apelos da filha comprando-lhe maçãs numa loja desconhecida e horas depois a menina morre por envenenamento. Através dessa analogia, Sinzig afirma que os livros, assim como a maçã, podem nos enganar com sua aparência sedutora.

Dentro da mesma lógica, as livrarias do Rio de Janeiro são comparadas a árvores, carregadas de frutos de aparência apetitosa, mas que não devem ser consumidos porque já estão todos estragados. Assim, aqueles que consomem apenas frutos estragados, acabam tendo o gosto comprometido por um mau gosto perverso, que faz com que as pessoas se sintam inclinadas apenas a livros ruins, a despeito dos males que eles podem trazer. Alertar os fiéis sobre esses perigos e sobre os “jardins profanos” onde são cultivadas essas obras perniciosas aparece como uma missão cristã para o autor.

É interessante observar, nessa narrativa que introduz o índice, o quanto Sinzig se utiliza de frases de efeito, recursos literários que levam à comoção dos leitores, para depois convencê-los de suas ideias. A história é envolvente, explora os aromas, os sabores, descreve a tentação, o desejo pelo pecado e o prazer passageiro que ele proporciona. São os mesmos

recursos, portanto, dos quais a má literatura faz uso para corromper seus leitores, apenas o objetivo é diferente. Demonstra-se, assim, o grande desejo do franciscano em substituir os maus romances por aqueles que pudessem ser mais adequados para os leitores católicos. Tal atitude só poderia ser realizada por alguém que em algum momento, também já se deixou envolver por belas construções literárias.

É impossível verificar se de fato o guia chegou a ser consultado por pais de família, diretores de escolas e outros interessados que quisessem impedir que livros perniciosos entrassem em suas casas, como pretendia Sinzig. O que se sabe é que, em meio a desabafo barulhentos e curiosidades despertadas pelas próprias críticas aos romances, foi sendo construído um apaixonado discurso de combate às más leituras. Pensar sobre o acionamento de discursos conservadores a respeito da leitura no contexto estudado pode servir também para que compreendamos o refluxo conservador pelo qual passamos no presente.

Afinal, ainda que as discussões sobre a configuração de uma “boa imprensa” em oposição à “má imprensa” tenham perdido fôlego devido à própria diversidade que caracteriza o catolicismo, não há como negar a presença de grupos católicos conservadores que ainda hoje tomam para si a iniciativa de cercear discursos que se oponham às verdades construídas a partir de suas próprias interpretações do texto bíblico e dos documentos pontificiais. Neste sentido, refletir sobre a construção de discursos conservadores no passado, pode ser uma forma de desconstruir as tentativas de recuperá-los no presente.

THE DANGERS OF READING: THE CATHOLIC DISCOURSE ABOUT READING IN THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY IN BRAZIL

Abstract: This article analyzes the fighting speech to bad readings produced in Brazil in the early twentieth century by groups linked to the Catholic Church. Therefore, we use as texts sources of study published by Petropolis Vozes magazine between 1907 and 1924, and also the book “Através dos romances: guia para as consciências”, published by the Franciscan Pedro Sinzig for the first time in 1915 and republished in 1917 and 1923. This publication has been characterized for being a kind of index, which assessed the novels available for reading in Brazil at the time, classifying them in assigned or harmful readings to Catholics. Our analysis took into account the relationship between these writings and the pontifical documents produced by the Holy See about reading novels and the conditions of the Catholic Church in Brazil at the time, which then reacted to modernization through the push of conservative discourses aimed at the preservation of a morality.

Keywords: Ultramontan Catholicism. Reading. Morality.

Referências

- ABREU, Marcia. Percursos da leitura. In.: ABREU, Marcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. São Paulo: Fapesp, 1999.
- ABREU, Marcia. O perigo dos livros. In.: MOREIRA, Maria Eunice. (Org.) *Histórias da literatura: teorias e perspectivas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.
- ALMEIDA, Claudio Aguiar. O romance contemporâneo na cristianização do estado brasileiro: Não desanimar! de Pedro Sinzig. In.: *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 16. n.30, jan.-jun. 2015.
- AZEVEDO, Soares. Para que serve a literatura? In.: *Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária*. Ano 18. 1925.
- _____. Os fructos prohibidos. In.: *Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária*. Ano 14. 1921.
- AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. GRIJP, Klaus van der. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BIASOLI, Otavio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 40.
- BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. pp. 36-37.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002. pp. 37-38.
- CHARTIER. Anne Marie, HÉBRARD. Jean. *Discursos sobre a leitura. 1880-1980*. São Paulo: Ática. 1995.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador – conversas com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In.: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 103-105.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996
- DARNTON, Robert. *História da leitura*. In.: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal. In.: HAUCK, João Fagundes. Et. Al. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX. Petrópolis: Vozes, 2008.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IRENEU. O mau romance: eis o inimigo! In.: Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária. Ano 16. Aos estudantes brasileiros: ideias de um amigo sobre a leitura, 1922.

JOHNSON, Paul. História do cristianismo. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 478.

JOUVE, Vicent. A leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Os bispos do Brasil e a Imprensa. São Paulo: Loyola, 1983.

MANOEL, Ivan. O pendulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARCHI, Euclides. O mito do Brasil Católico. In.: História, Questões e Debates, nº 28. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

MICELI, Sergio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO AO CLERO E AOS FIÉIS DO BRASIL. São Paulo: Typographia Jorge Seckler & Comp., 1890.

PIO X (Papa). E Supremi Apostolatus (1903). Disponível em: <http://www.fsspx.com.br/carta-enciclica-e-supremi-apostolatus-sobre-a-restauracao-de-tudo-em-cristo/>. Acesso em: 20/04/2016.

SANTOS, Maria Margarete dos. Frei Pedro Sinzig – o apóstolo da boa imprensa. In.: Anais do I Seminário brasileiro sobre livro e História editorial. Rio de Janeiro: UFF- Casa de Rui Barbosa. 8 a 11 de novembro de 2004.

SINZIG, Pedro. Aos estudantes brasileiros: ideias de um amigo sobre a leitura. In.: Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária. Ano 4. 1910.

_____. Guia Literário: um apelo aos leitores. In.: Vozes de Petrópolis. Ano 8. 1914.

_____. Através de Romances: Guia para as consciências. Petrópolis, Vozes, 1915.

SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

URREGO, Miguel Angel. Intelectuales, Estado y Nación em Colombia: de la guerra de los Mil Días a la Constitución de 1991. Bogota: Universidade Central – DIUC: Siglo del Hombre Editores, 2002.

VOZES DE PETRÓPOLIS: revista religiosa, científica e literária. Ano 1. Quo Vadis?, 1907.

_____. Ano 6. Quem souber escrever, que escreva!, 1912.

_____. Ano 13. Aos estudantes brasileiros: ideias de um amigo sobre a leitura, 1918.

VELLOSO, Monica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

SOBRE A AUTORA

Fernanda Cássia dos Santos é doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Recebido em 07/05/2016

Aceito em 25/07/2016